

# ALGUMAS PALAVRAS SOBRE GIRO ÉTICO- POLÍTICO E HISTÓRIA INTELECTUAL\*

*Fabio Muruci dos Santos*<sup>\*1</sup>

*Marcelo de Mello Rangel*<sup>\*2</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta uma introdução às discussões contemporâneas sobre ética e história e sua importância para uma melhor compreensão das discussões recentes sobre teoria e história da historiografia e história intelectual. Procuramos oferecer uma breve explanação sobre os contextos históricos que permitiram a emergência de novas abordagens do conhecimento histórico nos tempos modernos, destacando suas consequências para o pensamento ético, a teoria e história da historiografia e a história intelectual.

**Palavras-chave:** Ética; História da Historiografia; História Intelectual.

**Abstract:** This article is an introduction to the contemporary discussions about ethics and history and their importance to a better understanding of the recent discussions about theory and history of historiography and intellectual history. We intend to offer a brief explanation about the historical contexts that allowed the emergence of new approaches to historical knowledge in modern times, highlighting its consequences to ethical thinking, theory and history of historiography and intellectual history.

**Keywords:** Ethics; History of Historiography; Intellectual History.

7

**C**omeçaremos por uma definição inicial do que estamos chamando de giro ético-político. Em seguida trataremos das condições de possibilidade de sua emergência. Então, discutiremos uma relação possível entre o que estamos chamando de giro ético-político e a história intelectual.

---

\* Artigo submetido à avaliação em 11 de março de 2015 e aprovado para publicação em 13 de abril de 2015. Este texto é resultado parcial de projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), pelo programa de apoio a grupos emergentes que financia o projeto coletivo de pesquisa "Variedades do Discurso Histórico" no âmbito do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade (NEHM).

<sup>\*1</sup> Doutor em História pela UFRJ. Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Ufes. Membro do Laboratório de Estudos em História Política e História das Ideias – LEHPI - da Ufes. E-mail: [fmuruci@yahoo.com.br](mailto:fmuruci@yahoo.com.br).

<sup>\*2</sup> Doutor em História pela PUC-RJ. Professor do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Ufop. E-mail: [mmellorangel@yahoo.com.br](mailto:mmellorangel@yahoo.com.br).

## Definição inicial

Isto que estamos chamando de giro ético-político se trata, mais especificamente, da compreensão de que parte significativa dos historiadores, hoje, também se dedica a pensar o mundo contemporâneo, suas determinações próprias, problemas e possibilidades.

Ainda mais, compreendemos que há uma palavra chave que vem orientando estas tematizações do mundo contemporâneo que é a da *diferença*. Falaremos melhor deste problema mais à frente, mas, adiantando, trata-se de uma preocupação que se tornara ampla (geral) nos séculos XX e XXI, uma espécie de “palavra simples” deste horizonte histórico, para usar um termo caro a Heidegger. A preocupação de garantir espaço para outros modos de ser, etnias, perspectivas, histórias, etc.

E por que giro ético-político?

Ético significa, aqui, próximo à origem grega – *ethos*, algo como o espaço que se habita, no interior do qual nos comportamos. De modo que a ética aparece como sendo, ao menos neste sentido, uma preocupação com o âmbito no interior do qual vivemos, a saber, o mundo contemporâneo.

Política quer dizer, aqui, uma atuação mais decisiva no que podemos chamar de “esfera pública”, a partir de um conjunto de orientações mais específica (sistemática) tendo em vista transformações num curto ou médio espaço de tempo.

8

Neste sentido, e próximo ao que explicita Paul Ricoeur, ética e política possuem autonomia, ou seja, possuem regras, protocolos, tempos próprios, mas podem também ser pensadas juntas. Ainda em outras palavras, quando pensamos num giro ético-político no interior do mundo contemporâneo estamos dizendo que se trata ou 1) de reflexões dedicadas a pensar este mundo, suas determinações próprias, questões específicas e possibilidades no interior da teoria, da história da historiografia e da historiografia em geral ou 2) de intervenções mais delimitadas no interior deste mundo a partir da teoria, da história da HH em geral, orientadas por um conjunto bem-definido de ideias, as quais buscam transformações também específicas num curto ou médio espaço de tempo, ou ainda, 3) de tematizações do mundo contemporâneo a partir da teoria, da HH e da historiografia em geral, que sejam orientadas por 1 e por 2 a um só tempo.

Sublinhamos, ainda, que o giro ético-político é uma tendência mais geral, a qual também desponta em outras disciplinas como a filosofia, a teoria da literatura, a antropologia, a sociologia etc., e isto porque, como já mencionamos, o giro é determinado pelo horizonte histórico contemporâneo, pela necessidade deste horizonte no que tange a organizar-se a partir da palavra-chave – *diferença*. Deste modo, gostaríamos ao menos de registrar que parte considerável dos filósofos dos séculos XX e XXI também podem ser interpretados a partir deste giro ou tendência, entre eles Martin Heidegger, Walter Benjamin, Hannah Arendt, Paul Ricoeur, Jacques

Derrida e Michel Foucault, a despeito, é claro, de suas determinações específicas. E que, por conseguinte, pesquisas que tematizem o giro a partir da relação de intimidade e de diálogo entre as disciplinas teoria, HH e a historiografia em geral, por um lado, e filosofia, por outro, são muito adequadas e bem-vindas.

### **Condições de possibilidade**

A primeira condição de possibilidade para o giro ético-político no interior do mundo contemporâneo é própria à modernidade, mais especificamente aos séculos XVIII e XIX. Ou, em outras palavras, a modernidade constrange o mundo contemporâneo a se dedicar ao que estamos chamando de orientação ético-política, e isto a partir da “palavra simples” que é a da *diferença*.

Os séculos XVIII e XIX se constituíram a partir do que Koselleck chama de aceleração radical da história. Ou ainda em outras palavras, a modernidade se constitui a partir de “acontecimentos” históricos radicais, os quais liberaram entes, desafios e possibilidades inéditas para as quais os homens e mulheres em geral não possuíam chaves de inteligibilidade. Por conseguinte, temos o que podemos chamar de “anomia” ou de uma instabilidade significativa.

O que ocorre de imediato? Ocorre que *todos* os enunciados são pelo menos questionados (Descartes), ou seja, se tornam objeto de desconfiança, merecedores de novas investigações, e isto a partir de métodos específicos e sofisticados - se trata dos Iluminismos e dos Historicismos em geral. No entanto, e para acompanhar Octávio Paz e Hans Ulrich Gumbrecht, o que ocorre é que estas investigações vão produzindo ainda mais instabilidade na medida mesmo em que vão negando incessantemente e liberando enunciados distintos para os mesmos objetos. Neste caso, os séculos XVIII e XIX chegam a uma espécie de intuição geral, a de que todo e qualquer juízo produzido mesmo no interior de espaços de investigação rigidamente controlados é determinado pelo mundo próprio ao sujeito do conhecimento (“crise da representação”, Foucault).

Pois bem, é justamente esta compreensão que colocará em questão o poder de determinação ou de imediatidade (convencimento) próprio às ciências em geral, mais especificamente às ciências humanas, em nosso caso a História. Ou ainda melhor, as investigações produzidas no interior dos Iluminismos e dos Historicismos acabaram liberando a possibilidade de críticas significativas à historiografia, e, ainda, uma espécie de questionamento decisivo de seu caráter orientador. Em outras palavras: como acreditar que a historiografia possa orientar, tendo em vista que todo e qualquer enunciado produzido em seu interior é determinado pelo mundo que é o do sujeito do conhecimento, por mais controlada que seja a sua investigação?

A pergunta seguinte, uma espécie de consequência lógica da que acabamos de anotar é: para que se faz história? Esta é uma herança que os séculos XVIII e XIX deixam aos séculos XX e XXI.

Neste sentido, o século XX, e também o XXI, são espaços no interior dos quais estas questões se tornaram protagonistas, forçando parte dos historiadores a pensar em sua atividade e a buscar compreendê-la para além de justificativas apenas epistemológicas ou gnosiológicas. Trata-se da primeira condição de possibilidade para que a ética e\ou a política ou a orientação ético-política se constituam como um espaços cada vez mais comuns também aos historiadores.

A segunda condição de possibilidade é própria ao século XX. Se trata de seus "acontecimentos" (no sentido foucaultiano) radicais, "traumáticos", no sentido proposto por Jörn Rüsen ou mesmo Hayden White e Dominick LaCapra, ou ainda, da constituição de um espaço no interior do qual a linguagem não é mais capaz de explicar a "realidade". Ou, junto a Benjamin, do que podemos chamar de "pobreza da experiência". Estamos nos referindo aqui a "acontecimentos" como as duas grandes guerras, os fascismos em geral, os campos de concentração nazistas e stalinistas, a "solução final", as lutas pela descolonização na África e Ásia, enfim, de eventos capazes de provocar conjunturas em relação às quais os homens e mulheres em geral emudeceram.

10

A partir e no interior destes "acontecimentos", surge uma compreensão explicativa forte, geral, a de que os séculos XVIII e XIX foram os grandes responsáveis por todas estas tragédias. A despeito de concordarmos ou não, o que está em questão aqui é que o século XX se convenceu de que seu passado imediato era responsável, neste caso culpado, pelos seus "traumas". Se trata, mais especificamente, da culpabilização e posterior negação do par identidade e racionalismo\verdade num sentido forte e correspondentista.

De modo que, a partir desta compreensão, os séculos XX e XXI procuraram negar seu passado imediato, constituindo e intensificando um outro par fundamental, a saber, a *diferença* e a *relação*. Ou seja, a partir de então se tornaria uma espécie de tarefa do mundo contemporâneo defender ou resguardar algum espaço a visões de mundo distintas, etnias, perspectivas, memórias e tradições, e isto também a partir da compreensão de que todo e qualquer enunciado se constitui necessariamente a partir de uma dimensão relacional, de uma relação sempre ou no limite insondável entre passado e presente, por exemplo, no caso das tradições fenomenológico-hermenêuticas, ou da relação íntima entre o sujeito do conhecimento e o seu presente no caso dos neohistoricismos.

Temos, então, uma segunda condição de possibilidade para que boa parte dos historiadores contemporâneos tenha e continue se dedicando à ética e\ou à política. Ou seja, o mundo contemporâneo se constitui a partir da tarefa que é a da tematização incessante de outros ou da *diferença*, de modo que a teoria, a HH e a historiografia em geral também respondem a esta necessidade histórica.

## **Giro ético-político e a história intelectual**

Este giro ético-político vem trazendo implicações significativas para as pesquisas no campo da tradicionalmente chamada “história das ideias”, impondo a redefinição de seu nome, objetos e metodologias. Na concepção ainda predominante em princípios do século XX, a “história das ideias”, campo carente de reconhecimento acadêmico significativo por muito tempo, oferecia sínteses das grandes obras e tradições de pensamento visando a educação moral e política dos cidadãos. Aprendizado que poderia visar a formação liberal em busca do desenvolvimento das potencialidades do indivíduo ou a virtude republicana necessária para a boa vida cívica.. A obra padrão nesse campo era o *manual* de história das ideias políticas, que buscava oferecer uma visão sistematizada dos textos “essenciais” da tradição intelectual ocidental, seja no campo do pensamento político ou da teoria ética, necessários para a boa formação do cidadão. Estes conhecimentos propiciariam os instrumentos para a boa condução do “homem ativo” na esfera pública, ou mesmo para selecionar e legitimar a inclusão deste cidadão no seio das elites aptas para o exercício do bom governo. Tal autoridade dependia da crença na “perenidade” da “sabedoria” dos grandes clássicos, capazes de guiar com segurança os líderes modernos na árdua tarefa de conduzir o governo em uma era de crescente instabilidade e imprevisibilidade históricas. Esta mesma instabilidade moderna, porém, corroía sistematicamente o poder dessa formação de oferecer guias seguros.

A importância de uma sólida formação clássica também sofreu o desgaste da crescente percepção de que a capacidade de “educar” do passado era limitada pela distância da experiência entre diferentes épocas, resultado da forte influência do historicismo a partir do século XVIII. Seguindo o estímulo de Herder, entre outros, o passado aparecia cada vez mais avesso ao poder de plena compreensão ou julgamento a partir do presente ou de uma possível história perene das ideias, se apresentando com força crescente como um espaço de experiência singular e quase inacessível em sua plena singularidade. Nessa tensão, a possibilidade de “aprender com o passado”, justificativa principal da “história das ideias” tradicional, permanecia em questão, apesar da sua duradoura capacidade de sobrevivência acadêmica até o século XX.

A história catastrófica do século XX estimulou amplamente a descrença do poder de orientação propiciado pelo conhecimento histórico, seja daquele direcionado para o aprendizado das artes eternas do bom governo, seja o das filosofias da história que procuraram determinar as chaves explicativas para uma crescente presença da razão nos assuntos humanos. O caráter perene da sabedoria dos “clássicos” parecia cada vez mais duvidoso diante da revelação do poder humano de tornar o imprevisível uma experiência cotidiana na vida de milhões de pessoas. Ainda tido por alguns críticos como um campo de mérito duvidoso por apresentar pouca definição e clareza metodológica,

a “história das ideias” também começou a sofrer de carência de justificativa diante da ineficácia de seus métodos para dar conta das novas condições.

Uma resposta criativa foi oferecida pela geração de filósofos alemães do pós-Segunda Guerra Mundial, que a partir de seu exílio nos Estados Unidos, tomaram o próprio abandono de certas concepções clássicas como uma das raízes da catástrofe moderna. No obra de autores como Hannah Arendt e Leo Strauss, o estudo das grandes obras do pensamento político e ético da tradição ocidental reencontrava seu valor como instrumento de diagnóstico do declínio dos valores e concepções que haviam ordenado o espaço público, permitindo o vigor de uma vida política intensa. O aprendizado com o passado não é visto mais através de sua suposta perenidade e vigência para o presente e sim através de sua ausência e necessidade de recuperação. De alguma forma, o poder esclarecedor e orientador do passado reencontrava um lugar, estimulando novo interesse pela leitura do cânone ocidental de grandes pensadores. Porém, a reflexão metodológica visando a sua transformação em um campo de pesquisa organizado continuava pouco contemplada.

Reação diferente veio dos países de língua inglesa, pátria tradicional da “história das ideias”. A partir das reflexões metodológicas de Quentin Skinner, Peter Laslett e outros contemporâneos, a capacidade dos estudos do pensamento político de oferecer instrumentos de intervenção nos problemas da modernidade é abordado por outros ângulos, com um grau maior de investimento na distância inelutável entre o passado e as questões do presente. Defendendo uma abordagem que hoje denomina como mais “antropológica”, Skinner procurou oferecer uma proposta metodológica mais sistemática de análise dos textos políticos, enfatizando os contextos linguísticos e estratégias de ação usadas pelos autores para dialogar com seus públicos e intervir nas questões de sua época. Superando decididamente a crença na perenidade orientadora dos textos clássicos, se propõem a coloca-los em seus contextos próprios, recusando a premissa de que autores de épocas diferentes tratassem das mesmas questões ou que suas prioridades fossem criar sistemas de pensamento para resolver problemas supostamente eternos. O poder de aprendizado da história do pensamento político passava a depender de compreensão mais historicamente localizada dos propósitos e estratégias usadas pelos autores para elaborar seus textos. O ceticismo sobre a perenidade desses textos abre espaço para a inclusão de todo um conjunto de obras e autores, normalmente ignorado pela “história das ideias”, que passa a ganhar relevo em uma proposta de análise que prioriza mais o seu interesse na configuração de um campo linguístico historicamente localizado do que na capacidade explicativa ou educativa para os problemas do presente.

As diversas reorientações apontadas no correr desse texto, entre muitas outras, possibilitaram a superação dos limites e propósitos da “história das ideias”, abrindo todo um novo conjunto de objetos e fenômenos – “linguagens políticas”; “conceitos”;

“representações”; “campos”. Enquanto área de estudos, a hoje denominada “história intelectual” continua sofrendo com problemas de definição causados pelo seu caráter fronteiro com disciplinas mais sedimentadas, como os estudos literários e a filosofia, das quais tende a se apropriar de diversos instrumentos e metodologias, enquanto enfrenta a árdua tarefa de inseri-los em uma moldura própria que justifique sua existência como campo autônomo e garanta contribuições diferenciadas diante dos vizinhos mais antigos. Mais importante que isso, porém, é que, apesar das dificuldades de definição identitária, estes estudos têm se constituído como um campo com grande potencial para o enfrentamento de questões relativamente pouco contempladas por outras áreas da pesquisa histórica, especialmente a do próprio valor do conhecimento histórico para além de sua capacidade de oferecer descrições bem fundamentadas do passado. É neste eixo que as discussões sobre as dimensões éticas e políticas do conhecimento sobre ou a partir do passado tem sido alvo de renovado interesse, após terem permanecido em uma posição lateral durante certo tempo. O estudo das produções intelectuais do passado passa a ser um caminho para o autoconhecimento dos produtores de conhecimento do presente.

## Referências

13

- ABREU, M.; RANGEL, M. de M. Memória, cultura histórica e ensino de história. **História e Cultura**, v. 2, n. 4, set. 2015.
- ANKERSMIT, F. **Giro linguístico, teoria literária y teoria histórica**. Buenos Aires: Prometeo, 2011.
- ARAUJO, V. L. de. A aula como desafio à experiência da história. In: GONÇALVES, Márcia de Almeida *et al.* (Orgs.). **Qual o valor da história hoje?** Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- \_\_\_\_\_. História da historiografia como analítica da historicidade. **História da Historiografia**, v. 12, p. 34-44, 2013.
- ARAUJO, V. L. de; RANGEL, M. de M. Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. **História da Historiografia**, n. 18, p. 318-332, 2015.
- ARENDRT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2000.
- \_\_\_\_\_. **A promessa da política**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2008.
- BENJAMIN, W. Experiência e pobreza. In: \_\_\_\_\_. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- \_\_\_\_\_. Sobre o conceito de história. In: LÖWY, Michel. **Aviso de incêndio**: uma leitura das teses “Sobre o conceito de História”. São Paulo: Boitempo, 2005.

- DERRIDA, J. **Força de Lei**: o “fundamento místico da autoridade”. Trad. Leyla Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- GUMBRECHT, H. U. **Produção de presença**: o que o sentido não pode transmitir. Trad. Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2010.
- \_\_\_\_\_. **Modernização dos Sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998.
- HARTOG, F. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiência do tempo. Trad. Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. Trad. Márcia de Sá Cavalcanti. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2008.
- HERDER, J. G. **Filosofía de la historia para la educación de la humanidad**. Buenos Aires: Editorial Nova: 1950.
- JENKINS, K. **Por que la história?** Ética e Posmodernidad. México: FCE, 2006.
- KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuições à semântica dos tempos históricos. Trad. Wilma Patrícia Mass e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio, 2006.
- LACAPRA, D. **Representar el Holocausto**: História, Teoria, Trauma. Buenos Aires: Prometeo, 2008.
- LOPES, Marcos Antônio. **Para ler os clássicos do pensamento político**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.
- NIETZSCHE, F. **Segunda consideração intempestiva**: da utilidade e desvantagem da história para a vida. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- PALTI, E. (Org.). **Giro Lingüístico e História Intelectual**. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1998.
- PAZ, O. **Os filhos do barro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- RICOEUR, P. **Du texte à l’action**. Essais d’herméneutique II. Paris: Éditions du Seuil, 1986.
- RÜSEN, J. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. **História da Historiografia**, n. 2, p. 163-209, 2009.
- SKINNER, Quentin. *Visions of Politics: Regarding Method*. Cambridge University Press, 2002.
- SILVA, Ricardo. O contextualismo linguístico na história do pensamento político: Quentin Skinner e o debate metodológico contemporâneo. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 53, n. 2, p. 299-335, 2010.
- STRAUSS, Leo. **Liberalism ancient and modern**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- TULLY, J. (Org.). **Meaning and context**: Quentin Skinner and his critics. Princeton University Press, 1989.
- WHITE, H. **El Texto histórico como artefacto literario**. Barcelona: Ediciones Paidós. I.C.E. de la Universidad Autónoma de Barcelona, 2003.